

HABEAS CORPUS Nº 493.238 - SP (2019/0041551-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ROQUELAINE BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO : ROQUELAINE BATISTA DOS SANTOS - SP202868
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDIVALDO JONAS AMORIM DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM IMPETRADA CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDIVALDO JONAS AMORIM DOS SANTOS contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do *Habeas Corpus* n.º 2010679-64.2019.8.26.0000.

Narra a Impetrante que o Paciente foi preso em flagrante, em 01/03/2018, pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2.º, inciso IV, do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em segregação cautelar.

Em 14/08/2018, foi proferida a decisão de pronúncia que manteve a prisão preventiva do Paciente (fls. 26-28).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cujo pedido liminar foi indeferido pelo Desembargador Relator (fls. 24-25).

Neste *writ*, a Impetrante sustenta que "*apesar de o paciente ter sido preso em 01/03/2018 (há ONZE meses) a sentença que pronunciou o paciente foi prolatada apenas em 14/09/2018 (seriam seis meses que o paciente estava preso), e hoje, 13/02/2019 e inexistir uma data concreta de quando o paciente será submetido ao julgamento pela Corte Popular*" (fl. 13).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva em razão do excesso de prazo para o término da instrução criminal.

É o relatório. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no verbete sumular n.º 691/STF: "*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*", aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

In casu, não constato nenhuma daquelas situações, notadamente diante da circunstância de ter sido a decisão de pronúncia prolatada em 14/09/2018 e da ausência de indícios de desídia estatal na condução do processo criminal.

Destaco, ainda, que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Nesse diapasão, o seguinte julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SÚMULA N. 691 DO STF. DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR. TERATOLOGIA OU FALTA DE RAZOABILIDADE. REVOGAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO EVIDENCIADA DE PLANO. JULGAMENTO MERITÓRIO.

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento o habeas corpus para desafiar decisão do relator que indeferiu o pedido liminar. Inteligência do enunciado sumular n. 691 do Supremo Tribunal Federal (Precedentes).

2. Os rigores do mencionado verbete somente são abrandados nos casos de manifesta teratologia da decisão ou constatação de falta de razoabilidade.

3. Não demonstrada de plano a configuração da flagrante ilegalidade, não há como se afastar o óbice ao conhecimento do remédio constitucional, devendo-se aguardar o julgamento meritório da impetração perante o Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Ademais, o decreto segregatório, a despeito de não ter declinado fundamentação exauriente, adotou, como motivação para decidir, 'as razões esposadas a fls. 295/301 e 303/304' (e-STJ fl. 11), e a defesa constituída não trouxe aos autos cópia de peça essencial ao deslinde da controvérsia, conforme lhe competia, ficando este Superior Tribunal impedido de apreciar a controvérsia.

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 451.544/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 01/08/2018.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora